
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados

CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre, o aumento no lucro líquido foi de R\$ 156.128 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 1.102.464 em 2022 e R\$ 946.336 em 2021), principalmente pelo aumento nos resultados das participações societárias.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

	Consolidado		
	1º Trimestre		
	2022	2021	Variação
Receita operacional bruta	13.424.850	12.484.386	7,5%
Fornecimento de energia elétrica (*)	10.273.188	8.617.109	19,2%
Suprimento de energia elétrica (*)	1.045.027	1.064.239	-1,8%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	1.042.220	622.535	67,4%
Outras receitas operacionais (*)	2.412.910	1.928.063	25,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(1.348.494)	252.439	-634,2%
Deduções da receita operacional	(4.137.395)	(4.196.261)	-1,4%
Receita operacional líquida	9.287.455	8.288.125	12,1%
Custo com energia elétrica	(4.676.931)	(4.977.287)	-6,0%
Energia comprada para revenda	(3.365.749)	(3.782.971)	-11,0%
Encargo de uso do sist transmissão distribuição	(1.311.182)	(1.194.315)	9,8%
Custos e despesas operacionais	(2.553.169)	(1.859.029)	37,3%
Pessoal	(503.512)	(362.962)	38,7%
Entidade de previdência privada	(73.546)	(56.337)	30,5%
Material	(106.971)	(73.197)	46,1%
Serviço de terceiros	(145.161)	(146.880)	-1,2%
Depreciação/amortização	(389.385)	(351.649)	10,7%
Amortização de intangível de concessão	(81.470)	(72.161)	12,9%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(1.040.172)	(618.998)	68,0%
Outros	(212.951)	(176.843)	20,4%
Resultado do serviço	2.057.355	1.451.809	41,7%
Resultado financeiro	(431.738)	(121.044)	256,7%
Receitas financeiras	563.690	225.134	150,4%
Despesas financeiras	(995.429)	(346.178)	187,5%
Equivalência patrimonial	114.916	90.249	27,3%
Resultado antes dos tributos	1.740.533	1.421.015	22,5%
Contribuição social	(155.394)	(123.161)	26,2%
Imposto de renda	(423.157)	(336.617)	25,7%
Resultado Líquido do Período	1.161.982	961.237	20,9%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.102.464	946.336	16,5%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	59.518	14.901	299,4%
EBITDA	2.643.271	1.966.015	34,4%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Lucro Líquido	1.161.982	961.237
Depreciação e amortização	470.855	423.811
Amortização da mais valia de ativos	145	145
Resultado Financeiro	431.738	121.044
Contribuição social	155.394	123.161
Imposto de renda	423.157	336.617
EBITDA	2.643.271	1.966.015

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 13.424.850, representando um aumento de 7,5% (R\$ 940.464) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 19,2% (R\$ 1.656.078) no fornecimento de energia elétrica, principalmente por aumento de 28,3% nas tarifas médias (R\$ 2.264.975), parcialmente compensado pela redução de 7,1% no volume de energia vendida (R\$ 608.897);
- Aumento de 634,2% (R\$ 1.600.933, redutor de receita no 1º trimestre de 2022 e receita no 1º trimestre de 2021) em ativo e passivo financeiro setorial, principalmente em função da maior constituição de passivos no 1º trimestre de 2022 (R\$ 1.566.999) e maior realização de ativos no 1º trimestre de 2022 (R\$ 33.933);
- Aumento de 24,2% (R\$ 467.140) em outras receitas operacionais principalmente pela receita de transmissão com a aquisição da CPFL Transmissão;
- Aumento de 67,4% (R\$ 419.685) na receita de construção de infraestrutura da concessão;
- Compensando parcialmente pela redução de 1,8% (R\$ 19.212) no suprimento de energia, motivado principalmente por:
 - Redução de 47,4% (R\$ 96.609) na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, principalmente por redução na quantidade vendida de 44,1% (R\$ 89.837) e das tarifas médias de 5,9% (R\$ 6.772);
 - Compensado parcialmente pelo aumento de 4,1% (R\$ 29.108) em outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, devido ao aumento na quantidade vendida de 98,1% (R\$ 691.557), compensado parcialmente pela redução de 47,4% na tarifa média (R\$ 662.449).

➤ Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2022, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -5,3% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda foi mais acentuada na classe industrial.

O consumo da classe residencial representa 50,9% do total do mercado fornecido pela distribuidora e registrou queda de -1,6% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete principalmente o relaxamento das medidas restritivas para combate à pandemia da covid-19, que permite maior circulação de pessoas e menor tempo de permanência nas residências. Adicionalmente, reflete também o efeito do aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída e um calendário de leitura com menos dias quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 18,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -2,6% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho se deve fundamentalmente ao incremento de unidades consumidoras com geração distribuída e as migrações de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 8,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -13,3% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é reflexo do aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída além de migrações para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 22,2% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -11,5% no 1º trimestre de 2022 devido principalmente ao resultado negativo da classe permissionária que caiu -56,1%, refletindo a saída de importantes clientes do mercado cativo.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -2,0% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de -1,6% no residencial, +4,5% no comercial, -1,8% no industrial e -9,4% nas demais classes de consumo.

➤ **Tarifas**

No 1º trimestre de 2022, as tarifas de fornecimento de energia praticadas pelas controladas de distribuição são como segue:

Distribuidora	Mês	2022		2021	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	(b) 12,77%	14,97%	17,62%	8,95%
CPFL Piratininga	Outubro	(c)	(c)	14,78%	12,40%
RGE	Junho	(c)	(c)	15,23%	9,95%
CPFL Santa Cruz	Março	7,82%	8,83%	17,19%	9,95%

- (a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior;
- (b) Em abril de 2022 houve o RTA para a controlada CPFL Paulista;
- (c) Os respectivos reajustes para 2022 ainda não ocorreram.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2022 foram de R\$ 4.137.395, apresentando uma redução de 1,4% (R\$ 58.866) em relação ao mesmo trimestre de 2021, o qual ocorreu principalmente em função de:

- Aumento de redutor de deduções de R\$ 501.341 em Bandeiras Tarifárias;
- Aumento de 44,2% (R\$ 447.452) na CDE;

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica neste trimestre totalizou R\$ 4.676.931, representando uma redução de 6,0% (R\$ 300.356) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente justificada por:

- Redução de 11,0% (R\$ 411.222) em energia elétrica comprada para revenda, justificado por:
 - Redução de 12,7% (R\$ 487.492) no preço médio;
 - Compensado parcialmente pelo aumento de 1,9% (R\$ 70.270) na quantidade de energia comprada.
- Compensado parcialmente pelo aumento de 9,8% (R\$ 116.866) nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, devido principalmente por aumentos em: (i) encargos de serviço do sistema – ESS (R\$ 145.877), (ii) encargos de energia de reserva (R\$ 127.792), compensados parcialmente pela redução em (iii) encargos de rede básica (R\$ 93.727), (iv) encargos de conexão (R\$ 24.426) e (v) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 20.031).

Custos e despesas operacionais

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão, os custos e despesas operacionais neste trimestre foram de R\$ 1.520.780, aumento de 37,8% (R\$ 280.749) quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente a:

- **Pessoal:** aumento de 38,7% (R\$ 140.550), explicado principalmente pela aquisição da CPFL Transmissão (R\$ 101.760) e acordos coletivos.
- **Outras Despesas:** aumento de 20,4% (R\$ 36.108), principalmente pelo aumento em provisão para devedores duvidosos (R\$ 36.173).

- **Material:** aumento de 46,1% (R\$ 33.774), basicamente pelo aumento em: (i) reposição-manutenção de linhas e redes; (ii) manutenção da frota; (iii) uniformes e equipamentos;

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 431.738, comparada a R\$ 121.004 no mesmo período de 2021, representando aumento na despesa líquida de R\$ 310.694. Esta variação é decorrente basicamente de:

- Aumento nas receitas financeiras de R\$ 338.556, decorrente principalmente do aumento de (i) atualizações de ativo financeiro setorial (R\$ 124.723), (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 102.680) e (iii) atualizações monetárias cambiais (R\$ 69.969).
- Aumento nas despesas financeiras de R\$ 649.250, principalmente em função do aumento de (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 272.649), (ii) encargos de dívidas (R\$ 191.504), (iii) exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (R\$ 108.561) e (iv) mútuo com controladora (R\$ 49.851).

Equivalência Patrimonial

A variação na equivalência patrimonial no consolidado refere-se ao resultado das participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto, conforme abaixo:

	<u>1° Trimestre 2022</u>	<u>1° Trimestre 2021</u>
Epasa	20,770	15,049
Baesa	455	(2,721)
Enercan	51,571	44,275
Chapecoense	41,675	33,791
Investimentos CPFL Transmissão	590	-
Amortização da mais valia de ativos	(145)	(145)
Total	<u>114,916</u>	<u>90,249</u>

Contribuição Social e Imposto de Renda

As despesas com tributos sobre o resultado no 1° trimestre de 2022 foram de R\$ 578.551 e apresentaram um aumento de 25,8% (R\$ 118.773) em relação à registrada no mesmo trimestre de 2021, basicamente pelo aumento do lucro antes dos impostos.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R\$ 1.161.982, sendo 20,9% (R\$ 200.745) maior que o mesmo período de 2021.

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) para o 1° trimestre de 2022 foi de R\$ 2.643.271, sendo 34,4% (R\$ 677.256) maior que o apurado no mesmo período de 2021.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

Controlada/Coligada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Geração de Energia S.A.

A controlada CPFL Geração de Energia S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Transmissão S.A.

A controlada CPFL Transmissão S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Energias Renováveis S.A.

A controlada CPFL Energias Renováveis S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Companhia Piratininga de Força e Luz

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

A controlada RGE Sul Distribuidora de Energia S.A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Empresa: CPFL Comercialização Brasil S.A.

	Consolidado		
	1º Trimestre		
	2022	2021	Variação
Receita operacional bruta	932.422	674.130	38,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	365.080	483.809	-24,5%
Suprimento de energia elétrica (*)	236.546	190.299	24,3%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	17.499	-	0,0%
Outras receitas operacionais (*)	313.298	22	1402444,5%
Deduções da receita operacional	(133.204)	(83.755)	59,0%
Receita operacional líquida	799.219	590.375	35,4%
Custo com energia elétrica	(574.923)	(564.976)	1,8%
Energia comprada para revenda	(573.190)	(564.115)	1,6%
Encargo de uso do sist transm distrib	(1.733)	(862)	101,1%
Custos e despesas operacionais	(173.798)	(10.442)	1564,4%
Pessoal	(113.685)	(6.727)	1589,9%
Material	(1.663)	(23)	6984,1%
Serviço de terceiros	(19.409)	(1.773)	994,7%
Depreciação/amortização	(4.855)	(943)	414,9%
Amortização de intangível de concessão	(9.779)	-	0,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(19.528)	-	0,0%
Outros	(4.880)	(975)	400,6%
Resultado do serviço	50.498	14.956	237,6%
Resultado financeiro	60.692	16.264	273,2%
Receitas financeiras	129.913	22.415	479,6%
Despesas financeiras	(69.221)	(6.151)	1025,4%
Equivalência patrimonial	33.659	21.971	53,2%
Resultado antes dos tributos	144.849	53.193	172,3%
Contribuição social	(17.284)	(2.821)	512,6%
Imposto de renda	(48.143)	(7.822)	515,5%
Resultado Líquido do Período	79.422	42.549	86,7%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.282	42.550	-21,8%
EBITDA	99.886	37.833	164,0%
Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA			
Lucro Líquido	79.422	42.550	
Depreciação e amortização	14.634	943	
Amortização da mais valia de ativos	1.096	(40)	
Resultado Financeiro	(60.692)	(16.264)	
Contribuição social	17.284	2.821	
Imposto de renda	48.143	7.822	
EBITDA	99.886	37.833	

Receita Operacional Bruta

A Receita operacional bruta do 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 932.422, demonstrando um aumento de R\$ 258.292 (38,3%) em relação ao mesmo trimestre de 2021, principalmente pelo aumento de R\$ 313.276 em outras receitas operacionais principalmente pela receita de transmissão pela aquisição da CPFL Transmissão.

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica do 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 574.923, demonstrando um aumento de R\$ 9.946 (1,8%) em relação ao mesmo trimestre de 2021, explicado basicamente pelo aumento do preço médio em 11,5% (R\$ 84.842), compensado parcialmente pelo volume de energia comprada em 33,7% (R\$ 276.794).

Custos e Despesas operacionais

O custo e despesas operacionais apurado no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 173.798, representando um aumento de R\$ 163.356 em relação ao mesmo trimestre em 2021.

- **Pessoal:** Aumento de R\$ 106.958, explicado principalmente pela aquisição da CPFL Transmissão.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado no 1º trimestre de 2022 foi uma despesa financeira de R\$ 60.692, representando um aumento na receita financeira líquida de R\$ 44.428 em relação ao mesmo trimestre de 2021.

- **Receita Financeira:** Aumento R\$ 107.498, explicado principalmente pela aquisição da CPFL Transmissão.
- **Despesas Financeiras:** Aumento de R\$ 63.070, explicado principalmente pelo aumento de despesas de derivativo (R\$ 65.279), aliado pelo aumento com juros de contratos de mútuo (R\$ 33.359).

O resultado de equivalência patrimonial apurado no 1º Trimestre de 2022 foi positivo em R\$ 33.659, explicado majoritariamente pelo registro da participação societária da investida CPFL Cone Sul.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O resultado apurado no 1º trimestre de 2022 foi um lucro de R\$ 33.282, demonstrando uma redução de R\$ 9.268 (21,8%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 99.886, um aumento de 164% quando comparado com o mesmo trimestre de 2021, que foi de R\$ 37.833 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

SUMÁRIO

ATIVO	10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
FLUXO DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONA	17
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	18
(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	21
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	23
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	23
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	25
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	25
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	26
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL	27
(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	28
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	30
(12) OUTROS ATIVOS	31
(13) INVESTIMENTOS	31
(14) IMOBILIZADO	37
(15) ATIVO CONTRATUAL	38
(16) INTANGÍVEL	38
(17) FORNECEDORES	39
(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	39
(19) DEBÊNTURES	43
(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	44
(21) TAXAS REGULAMENTARES	45
(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	46
(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS ..	47
(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR	48
(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
(26) LUCRO POR AÇÃO	49
(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	50
(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	51
(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	52
(30) RESULTADO FINANCEIRO	53
(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	53
(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	53
(33) GESTÃO DE RISCOS	54
(34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	55
(35) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	60
(36) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES	60
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	62



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.177	8.287	3.496.671	2.199.952
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	580.655	585.858
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	5.756.081	5.425.177
Estoques		-	-	192.111	150.867
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	80.954	87.081	85.890	134.613
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	67	67	97.788	97.083
Outros tributos a compensar	8	6.554	13.905	422.846	375.680
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	-	1.631.833	1.288.824
Derivativos	34	-	-	96.836	357.350
Ativo financeiro setorial	9	-	-	1.848.746	2.373.727
Ativo contratual	15	-	-	847.212	845.025
Outros ativos	12	1.040	662	1.387.991	1.718.346
Total do circulante		99.792	110.002	16.444.662	15.552.504
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	238.613	259.173
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	148.859	168.943	-	-
Depósitos judiciais	23	677	646	877.897	858.981
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	411	411	112.804	117.332
Outros tributos a compensar	8	-	-	317.123	286.498
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	-	7.520.807	7.936.570
Ativo financeiro setorial	9	-	-	372.667	816.748
Derivativos	34	-	-	283.186	990.491
Créditos fiscais diferidos	10	27.240	2.178	398.912	231.594
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	14.024.279	13.281.686
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	-	116.654	116.654
Outros ativos	12	1.933	2.159	216.155	199.500
Investimentos	13	16.091.349	14.940.841	1.317.833	1.202.944
Imobilizado	14	1.788	1.515	8.714.289	8.754.616
Intangível	16	471	440	9.527.081	9.673.609
Ativo contratual	15	-	-	6.340.618	5.840.981
Total do não circulante		16.272.728	15.117.133	50.378.917	50.567.374
Total do ativo		16.372.520	15.227.134	66.823.578	66.119.878

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	17	1.362	1.840	3.216.324	4.269.598
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	3.074.808	2.246.711
Debêntures	19	-	-	1.778.576	1.788.125
Entidade de previdência privada	20	-	-	598.527	604.254
Taxas regulamentares	21	-	-	73.757	551.966
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	10.880	380.892	288.412
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	2.018	5.542	854.377	886.864
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	-	-	-	-
Dividendo		22.077	22.118	87.339	100.478
Obrigações estimadas com pessoal		-	-	174.946	165.074
Derivativos	34	68.889	4.018	121.774	5.067
Passivo financeiro setorial	9	-	-	60.798	-
Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	5.230	2.046
Uso do bem público		-	-	16.212	16.212
PIS/COFINS devolução consumidores		-	-	445.481	58.606
Outras contas a pagar	24	16.289	19.169	2.084.326	1.930.303
Total do circulante		110.634	63.568	12.973.368	12.913.717
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	413.055	408.082
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	10.630.589	12.216.158
Debêntures	19	-	-	6.987.736	6.164.877
Entidade de previdência privada	20	-	-	2.756.033	2.860.176
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	235.299	232.603
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	-	-	6.002	6.092
Débitos fiscais diferidos	10	-	-	965.708	958.545
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	167	106	1.038.304	1.035.364
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	-	-	2.574.166	2.518.150
Derivativos	34	-	-	372.363	86.196
Passivo financeiro setorial	9	-	-	317.058	-
Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	152.840	152.812
Uso do bem público		-	-	147.423	141.118
PIS/COFINS devolução consumidores		-	-	8.805.379	9.145.520
Outras contas a pagar	24	17.050	17.259	486.945	474.591
Total do não circulante		17.216	17.364	35.888.901	36.400.283
Patrimônio líquido					
Capital social	25	9.388.071	9.388.071	9.388.071	9.388.071
Reserva de capital		(1.646.145)	(1.646.145)	(1.646.145)	(1.646.145)
Reserva legal		1.455.685	1.455.685	1.455.685	1.455.685
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		4.072.689	4.072.689	4.072.689	4.072.689
Dividendo		3.735.932	3.735.932	3.735.932	3.735.932
Resultado abrangente acumulado		(1.870.934)	(1.860.030)	(1.870.934)	(1.860.030)
Lucros acumulados		1.109.372	-	1.109.372	-
		16.244.670	15.146.202	16.244.670	15.146.202
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	1.716.640	1.659.676
Total do patrimônio líquido		16.244.670	15.146.202	17.961.310	16.805.879
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.372.520	15.227.134	66.823.578	66.119.878

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
		1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Receita operacional líquida	27	12	11	9.287.455	8.288.125
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	28	-	-	(4.676.931)	(4.977.287)
Custo com operação				(965.488)	(761.446)
Depreciação e amortização		-	-	(358.375)	(324.563)
Outros custos com operação	29	-	-	(607.113)	(436.883)
Custo com serviço prestado a terceiros	29	-	-	(1.041.308)	(620.087)
Lucro operacional bruto		12	11	2.603.728	1.929.305
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		-	-	(206.654)	(162.246)
Depreciação e amortização		-	-	(2.352)	(2.291)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(90.379)	(54.181)
Outras despesas com vendas	29	-	-	(113.923)	(105.774)
Despesas gerais e administrativas		(9.709)	(7.591)	(236.628)	(203.978)
Depreciação e amortização		(93)	(105)	(28.659)	(24.795)
Outras despesas gerais e administrativas	29	(9.616)	(7.486)	(207.969)	(179.183)
Outras despesas operacionais		-	-	(103.092)	(111.273)
Amortização de intangível da concessão		-	-	(81.470)	(72.161)
Outras despesas operacionais	29	-	-	(21.622)	(39.112)
Resultado do serviço		(9.696)	(7.579)	2.057.355	1.451.809
Resultado de participações societárias	13	1.154.505	964.958	114.916	90.249
Resultado antes do resultado financeiro		1.144.809	957.379	2.172.271	1.542.058
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		5.867	4.107	563.690	225.134
Despesas financeiras		(73.274)	(2.086)	(995.429)	(346.178)
		(67.407)	2.021	(431.738)	(121.044)
Lucro antes dos tributos		1.077.402	959.400	1.740.533	1.421.015
Contribuição social	10	6.928	(3.137)	(155.394)	(123.161)
Imposto de renda	10	18.134	(9.928)	(423.157)	(336.617)
		25.062	(13.064)	(578.551)	(459.778)
Lucro líquido do período		1.102.464	946.336	1.161.982	961.237
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.102.464	946.336
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				59.518	14.901
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$	26			0,96	0,82

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	Controladora	
	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Lucro líquido do período	1.102.464	946.336
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Resultado abrangente do período reflexo sobre os investimentos da Companhia	(3.996)	(14.321)
Resultado abrangente do período	1.098.468	932.015
	Consolidado	
	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Lucro líquido do período	1.161.982	961.237
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	(873)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(4.467)	(13.449)
Resultado abrangente consolidado do período	1.157.515	946.916
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.098.468	932.015
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	59.047	14.901

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária / Reforço de capital de giro	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada / Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.388.071	(1.643.775)	1.218.283	5.803.185	865.248	329.502	(2.024.737)	-	13.935.777	6.501	293.499	14.235.778
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(14.321)	946.336	932.015	-	14.900	946.915
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	946.336	946.336	-	14.900	961.236
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(13.449)	-	(13.449)	-	-	(13.449)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(873)	-	(873)	-	-	(873)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(6.572)	-	6.572	-	(444)	419	(25)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(9.957)	-	9.957	-	(673)	673	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	3.385	-	(3.385)	-	229	(229)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)
Aumento (redução) de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de não controladores da CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	9.388.071	(1.643.775)	1.218.283	5.803.185	865.248	322.930	(2.039.058)	952.908	14.867.792	6.057	304.618	15.178.468
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.388.071	(1.646.145)	1.455.685	4.072.689	3.735.932	301.237	(2.161.267)	-	15.146.202	4.724	1.654.954	16.805.879
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(3.996)	1.102.464	1.098.468	-	59.047	1.157.515
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.102.464	1.102.464	-	59.518	1.161.982
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(3.996)	-	(3.996)	-	(471)	(4.467)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(6.908)	-	6.908	-	(444)	439	(6)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(10.466)	-	10.466	-	(673)	673	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	3.559	-	(3.559)	-	229	(229)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.078)	(2.078)
Aumento (redução) de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combinação de negócios (nota 13.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de não controladores da CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.097)	(2.097)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2022	9.388.071	(1.646.145)	1.455.685	4.072.689	3.735.932	294.329	(2.165.263)	1.109.372	16.244.670	4.280	1.712.362	17.961.310

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro antes dos tributos	1.077.402	959.400	1.740.533	1.421.015
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	94	105	470.856	423.810
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	235	240	21.203	13.111
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	90.379	54.181
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	67.252	(358)	269.271	20.309
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	73.546	56.337
Equivalência patrimonial	(1.154.505)	(964.958)	(114.916)	(90.249)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	20.864	36.818
Repactuação do risco hidrológico	-	-	-	-
Outros	-	-	20.473	4.236
	(9.522)	(5.571)	2.592.209	1.939.568
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(596.849)	289.822
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	6.127	11.042	48.723	-
Tributos a compensar	7.559	71	54.214	(63.029)
Depósitos judiciais	(27)	30	(7.111)	(2.445)
Ativo financeiro setorial	-	-	994.673	(327.784)
Contas a receber - CDE	-	-	(46.547)	(38.549)
Adições de ativo de transmissão	-	-	(157.844)	(38.242)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(5.981)	(78.010)
Ordens em curso	19	-	(3.844)	(9.470)
Outros ativos operacionais	(171)	(439)	501.866	(177.766)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(478)	(1.992)	(1.048.301)	(922.832)
Outros tributos e contribuições sociais	(3.525)	1.192	9.474	(38.291)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(183.415)	(96.900)
Taxas regulamentares	-	-	(478.209)	17.665
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(177)	(151)	(43.954)	(34.105)
Passivo financeiro setorial	-	-	367.700	95.589
Contas a pagar - CDE	-	-	(22.772)	(28.638)
Outros passivos operacionais	(3.088)	(4.452)	195.657	190.396
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(3.283)	(270)	2.169.689	676.980
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	-	(221.735)	(138.075)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.364)	(8.443)	(610.427)	(160.246)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(13.647)	(8.713)	1.337.527	378.658
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	(360)	-	(100.246)	(53.490)
Adições de ativo contratual	-	-	(949.439)	(596.819)
Adições e construções de intangível	(37)	(295)	(4.373)	(7.075)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-	-	(169.318)	(84.782)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	173.074	1.008.600
Recebimentos de mútuos com controladas e coligadas	23.500	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	23.103	(295)	(1.050.302)	266.434
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	2.279.683	513.910
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	-	(1.351.976)	(519.142)
Liquidação de operações com derivativos	(6.524)	-	97.023	75.598
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(42)	(29)	(15.236)	(12.213)
Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	-	-	(3.124)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(6.566)	(29)	1.009.494	55.028
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.890	(9.038)	1.296.718	700.121
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8.287	395.745	2.199.952	3.918.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.177	386.707	3.496.671	4.618.916

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
1 - Receita	390	307	13.375.189	12.488.797
1.1 Receita de venda de energia e serviços	14	13	12.382.630	11.861.851
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	376	295	40.692	58.592
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.042.220	622.535
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(90.354)	(54.181)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.078)	(2.824)	(6.674.941)	(6.523.884)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(5.199.057)	(5.508.766)
2.2 Material	(422)	(30)	(741.070)	(395.364)
2.3 Serviços de terceiros	(1.753)	(1.845)	(511.815)	(447.607)
2.4 Outros	(904)	(949)	(222.999)	(172.146)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(2.688)	(2.516)	6.700.248	5.964.913
4 - Retenções	(93)	(105)	(472.596)	(425.907)
4.1 Depreciação e amortização	(93)	(105)	(391.127)	(353.746)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(81.470)	(72.161)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(2.781)	(2.622)	6.227.651	5.539.006
6 - Valor adicionado recebido em transferência	1.160.658	969.266	698.283	326.306
6.1 Receitas financeiras	6.153	4.307	583.367	236.057
6.2 Equivalência patrimonial	1.154.505	964.958	114.916	90.249
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.157.877	966.644	6.925.935	5.865.313
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	5.918	4.104	548.199	395.324
8.1.1 Remuneração direta	2.614	2.473	304.282	212.069
8.1.2 Benefícios	3.025	1.402	207.552	167.974
8.1.3 F.G.T.S	280	229	36.365	15.281
8.2 Impostos, taxas e contribuições	(23.854)	14.044	4.187.969	4.132.936
8.2.1 Federais	(23.875)	14.023	2.022.559	2.150.428
8.2.2 Estaduais	21	21	2.154.475	1.973.217
8.2.3 Municipais	-	-	10.935	9.292
8.3 Remuneração de capital de terceiros	73.349	2.160	1.027.785	375.816
8.3.1 Juros	73.274	2.086	1.004.555	352.008
8.3.2 Aluguéis	75	74	23.230	23.808
8.4 Remuneração de capital próprio	1.102.464	946.336	1.161.982	961.237
8.4.1 Lucros retidos	1.102.464	946.336	1.161.982	961.237
	1.157.877	966.644	6.925.935	5.865.313

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 – Campinas - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização / Área de concessão (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.798	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.879	30 anos	Outubro de 2028
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e Indireta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	381	3.039	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais	45	490	30 anos	Julho de 2045

Geração de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada (MW)	
					Total	Participação CPFL
CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e indireta 100%	(b)	(b)	(b)	(b)
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360	234
Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51% (c)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880	429
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	690	173
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 53,34%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342	182
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93% (a)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903	38

Transmissão de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda ("CPFL Piracicaba")	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda ("CPFL Morro Agudo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda ("CPFL Maracanaú")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Ceará
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda ("CPFL Sul I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Santa Catarina
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda ("CPFL Sul II")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Sul
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T ("CPFL Transmissão") (d)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 99,26%	Rio Grande do Sul
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 93,52%	Rio Grande do Sul

Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda ("CPFL Meridional")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Direta 100%
CPFL Planalto Ltda ("CPFL Planalto")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Indireta 100%

Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda ("CPFL Infra")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de infraestrutura e frota	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda ("CPFL Pessoas")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de recursos humanos	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda ("CPFL Finanças")	Sociedade limitada	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%
Nect Serviços Adm de Suprimentos E Logística Ltda ("CPFL Supre")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de suprimentos e logística	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda ("CPFL Atende")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
CPFL Total Serviços Administrativos S.A. ("CPFL Total")	Sociedade por ações de capital fechado	Serviços de arrecadação e cobrança	Indireta 100%
CPFL Eficiência Energética Ltda ("CPFL Eficiência")	Sociedade limitada	Gestão em eficiência energética	Direta 100%
TI Nect Serviços de Informática Ltda ("Auth")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de informática	Direta 100%
CPFL Geração Distribuída de Energia Ltda ("CPFL GD")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços na área de geração	Indireta 100%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda ("Jaguari Geração")	Sociedade limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%
CPFL Telecomunicações Ltda ("CPFL Telecom")	Sociedade limitada	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%
Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Alesta")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%

- a) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,94% de participação no capital social total).
- b) A CPFL Renováveis possui operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de março de 2022, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 108 empreendimentos com 3,1 GW de capacidade instalada (3.090,4 MW em operação), sendo:
- Geração de energia hidrelétrica: 47 pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas – PCHs/CGHs (485 MW) com 46 PCHs/CGHs em operação (457,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW), 3 usinas hidroelétricas – UHEs em operação (848 MW - 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas, 25,01% da BAESA - Energética Barra Grande S.A. "BAESA" e 100% de Rio do Peixe);
 - Geração de energia eólica: 49 empreendimentos em operação (1.390,2 MW);
 - Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (394 MW);
 - Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).
- c) O empreendimento controlado em conjunto Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.
- d) Em abril de 2022 como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T ("CPFL Transmissão") passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%), para mais detalhes vide nota 36.1.

1.1 - Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis. As principais economias do Mundo e os

principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas. Em 22 de abril de 2022 o Ministro da Saúde assinou a portaria que decreta fim do estado de Emergência em Saúde Pública, a qual passa a ter vigência após 30 dias após a data de publicação no Diário Oficial da União

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação das distribuidoras do Grupo em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência nas distribuidoras do Grupo.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID - 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para trimestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para o Grupo ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem

como dos impactos relacionados as medidas de restrição. O Grupo continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia, as distribuidoras do Grupo, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreram impactos extraordinários e imediatos, sendo os principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre as Distribuidoras do Grupo e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, as Distribuidoras do Grupo possuem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia e suas controladas, devem ser ressarcidos à Companhia e suas controladas para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica.

Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2021, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. O Grupo CPFL continua analisando os impactos causados pela pandemia às distribuidoras do Grupo e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada às distribuidoras do Grupo CPFL nos processos tarifários de 2022.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 09 de maio de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 34);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13.4 – Combinação de negócios (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 14 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 20 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 22 - Impostos, taxas e contribuições a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro);

- Nota 23 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) geração de energia elétrica (“Geração”); (iii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”); (iv) comercialização de energia (“Comercialização”); (v) prestação de serviços (“Serviços”); e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária na controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis, CPFL Transmissão e TESB.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias do Grupo foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 – sumário das principais políticas contábeis, divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(4)DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas

notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldos bancários	1.103	332	786.041	916.324
Aplicações financeiras	10.074	7.954	2.710.630	1.283.628
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	10.074	7.954	219.860	13.827
Títulos de crédito privado (b)	-	-	1.920.707	1.195.745
Fundos de investimento (c)	-	-	570.062	74.055
Total	11.177	8.287	3.496.671	2.199.952

- Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 1.381.753 (R\$ 716.939 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 538.954 (R\$ 478.806 em 31 de dezembro de 2021). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,23% do CDI (98,52% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 103,93% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Através de fundos de investimentos (a)	470.083	474.169
Aplicação direta (b)	110.572	111.689
Total	580.655	585.858

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 103,93% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (b) Representa principalmente valores aplicados pela controlada indireta CPFL Transmissão em notas do tesouro nacional, série B (NTN-B) com remuneração de 100% do IPCA mais 6% a.a. de juros moratórios.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	Consolidado			Total	
	Saldos vincendos	Vencidos		31/03/2022	31/12/2021
		até 90 dias	> 90 dias		
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	1.200.279	755.572	126.840	2.082.690	2.102.567
Industrial	165.930	62.877	102.359	331.166	348.504
Comercial	304.930	104.772	40.881	450.583	442.050
Rural	121.785	40.616	14.764	177.166	172.036
Poder público	91.814	12.707	14.167	118.689	109.602
Iluminação pública	134.825	6.318	3.150	144.292	150.422
Serviço público	70.563	24.054	11.976	106.593	102.303
Faturado	2.090.126	1.006.916	314.137	3.411.179	3.427.484
Não faturado	1.721.986	-	-	1.721.986	1.356.948
Parcelamento de débito de consumidores	274.459	81.996	48.581	405.037	386.240
Operações realizadas na CCEE	71.364	5.311	55.323	131.998	510.090
Concessionárias e permissionárias	484.785	29.387	25.409	539.581	519.150
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(27.926)			(27.926)	(371.511)
Outros	51.877	-	-	51.877	56.173
	4.666.671	1.123.610	443.450	6.233.732	5.884.574
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(477.650)	(459.396)
Total				5.756.081	5.425.177
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	154.992	-	-	154.992	168.961
Energia livre	7.405	-	-	7.405	7.230
Operações realizadas na CCEE	32.170	-	44.046	76.216	82.983
Total	194.567	-	44.046	238.613	259.173

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 34 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2021	<u>(459.396)</u>	<u>(30.138)</u>	<u>(489.534)</u>
Provisão revertida (constituída) líquida	(143.827)	(250)	(144.077)
Recuperação de receita	53.616	82	53.698
Baixa de contas a receber provisionadas	71.957	(82)	71.875
Saldo em 31/03/2022	<u>(477.650)</u>	<u>(30.388)</u>	<u>(508.038)</u>
Circulante	(477.650)	(30.388)	(508.038)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	15	4.641
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	41	19.459
Imposto de renda e contribuição social a compensar	97.732	72.983
Imposto de renda e contribuição social a compensar	97.788	97.083
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	211	7.817
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	102.447	73.311
ICMS a compensar	202.008	186.451
Programa de integração social - PIS	21.424	19.656
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	91.515	83.451
Outros	5.241	4.994
Outros tributos a compensar	422.846	375.680
Total circulante	520.634	472.763
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	8.195	8.398
Imposto de renda a compensar - IRPJ	104.609	108.934
Imposto de renda e contribuição social a compensar	112.804	117.332
ICMS a compensar	301.545	271.003
Programa de integração social - PIS	2.661	2.646
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.716	8.647
Outros	4.202	4.202
Outros tributos a compensar	317.123	286.498
Total não circulante	429.927	403.830

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

Ativo	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	292.707	226.042
COFINS sobre ICMS	1.339.126	1.062.781
Total circulante	1.631.833	1.288.824
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	1.366.654	1.421.731
COFINS sobre ICMS	6.154.152	6.514.839
Total não circulante	7.520.807	7.936.570
Passivo - PIS/COFINS		
devolução consumidores		
Circulante		
	(445.481)	(58.606)
Não circulante		
	(8.805.379)	(9.145.520)

As controladas de distribuição, CPFL Brasil e CPFL Serviços ingressaram com ações judiciais envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.

Em 2019 e 2021 a maioria das controladas obteve decisão transitada em julgado favorável, registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, nas controladas CPFL Santa Cruz (empresa incorporada em dezembro de 2017 na CPFL Santa Cruz), e da RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018 na RGE). A partir de 2020 as controladas iniciaram as compensações dos créditos fiscais.

Durante os reajustes tarifários das controladas RGE e CPFL Santa Cruz foram considerados antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes das referidas ações judiciais, como componente financeiro negativo extraordinário no montante de R\$ 228.800 e R\$ 20.241, respectivamente.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que para as distribuidoras a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Logo, a decisão contábil do Grupo de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento da ANEEL.

Para a controlada CPFL Brasil, a ação transitou em julgado em outubro de 2021. O crédito aproximado de R\$ 85.078 foi contabilizado em dedução da receita PIS/COFINS e atualizações monetárias.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota 27)		Atualização monetária	Outros	Saldo em 31/03/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização			Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	2.373.119	582.769	2.955.886	(1.582.398)	(243.527)	71.290	(13.879)	685.080	502.293	1.187.373
CVA (1)										
CDE (2)	(137.471)	21.916	(115.556)	449.547	(17.424)	2.647	-	303.970	15.244	319.214
Custos energia elétrica	(228.156)	(187.046)	(415.202)	(1.462.778)	134.173	(12.526)	-	(1.612.343)	(143.991)	(1.756.333)
ESS e EER (3)	1.415.965	150.042	1.566.007	(195.486)	(69.164)	27.850	-	1.169.330	159.878	1.329.208
Proinfra	992	23.178	24.170	85.179	(11.825)	2.159	-	84.425	15.258	99.683
Rede básica	112.460	121.316	233.776	(29.069)	(72.589)	7.904	-	79.829	60.193	140.022
Repasso de Itaipu	1.554.343	526.707	2.081.050	14.108	(236.197)	50.674	(13.879) (4)	1.461.228	434.528	1.895.756
Transporte de Itaipu	865	16.501	17.366	(7.248)	(8.754)	691	-	(6.725)	8.780	2.055
Neutralidade dos encargos setoriais	(86.990)	(50.423)	(137.413)	(103.696)	19.808	(1.758)	-	(194.578)	(28.481)	(223.059)
Sobrecontratação	(258.889)	(39.422)	(298.312)	169.660	18.446	(6.351)	-	(97.440)	(19.117)	(116.557)
Bandeira tarifária faturada	-	-	-	(502.616)	-	-	-	(502.616)	-	(502.616)
Outros componentes financeiros	440.582	(205.994)	234.588	384.578	92.852	46.349	(102.184) (5)	831.749	(175.565)	656.185
Total	2.813.701	376.775	3.190.474	(1.197.819)	(150.675)	117.639	(116.063)	1.516.829	326.728	1.843.558
Ativo circulante			2.373.727							1.848.746
Ativo não circulante			816.748							372.667
Passivo circulante			-							(60.798)
Passivo não circulante			-							(317.058)

(1) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(2) Conta de desenvolvimento energético

(3) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

(4) Recebimento Conta de Comercialização de Itaipu

(5) Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS

Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE: A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela CCRBT para ativo ou passivo financeiro setorial, antes registrada em taxas regulamentares (nota 21), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	177.762	198.774
Benefício fiscal do intangível incorporado	72.011	73.956
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(401.575)	(468.358)
Subtotal	(151.802)	(195.629)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	494.203	553.464
Benefício fiscal do intangível incorporado	229.275	235.884
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(1.106.720)	(1.293.467)
Subtotal	(383.241)	(504.119)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(31.753)	(27.203)
Total	(566.796)	(726.951)
Total crédito fiscal	398.912	231.594
Total débito fiscal	(965.708)	(958.545)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 16.

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	26.212	72.812	27.369	76.024
CPFL Piratininga	6.815	23.390	7.074	24.279
RGE	38.984	125.212	39.513	127.397
CPFL Renováveis	-	7.861	-	8.184
Total	72.011	229.275	73.956	235.884

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	63.518	176.440	-	62.905	174.736	-
Entidade de previdência privada	10.732	29.813	-	10.161	28.226	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.809	127.247	-	44.029	122.303	-
Provisão energia livre	10.453	29.037	-	10.237	28.436	-
Programas de P&D e eficiência energética	17.909	49.746	-	17.674	49.094	-
Provisão relacionada a pessoal	11.043	30.675	-	8.969	24.913	-
Diferença de taxas de depreciação	2.637	7.324	-	2.796	7.767	-
Derivativos	(13.207)	(36.687)	-	(134.790)	(374.417)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível	(3.527)	(9.797)	-	(3.714)	(10.315)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(338.799)	(941.109)	-	(311.378)	(864.939)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo contratual	(104.742)	(282.361)	(31.353)	(99.765)	(269.775)	(26.835)
Perdas atuariais	25.153	69.870	-	25.153	69.870	-
Marcação a Mercado - Derivativos	21.366	59.351	-	20.470	56.861	-
Marcação a Mercado - Dívidas	(28.202)	(78.339)	-	(28.455)	(79.041)	-
Outros	(44.419)	(123.539)	(401)	(11.343)	(31.662)	(368)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(38.360)	(106.557)	-	(39.157)	(108.769)	-
Perdas atuariais	135.697	376.937	-	135.697	376.937	-
Marcação a Mercado - Derivativos	433	1.203	-	600	1.667	-
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.023)	(5.620)	-	(2.610)	(7.251)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios						
Impostos diferidos - ativo:						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.071	47.420	-	17.806	49.462	-
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	15.482	43.005	-	15.779	43.829	-
Impostos diferidos - passivo:						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(16.300)	(45.279)	-	(16.375)	(45.487)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(185.521)	(515.007)	-	(189.269)	(525.418)	-
Outras diferenças temporárias	(3.778)	(10.494)	-	(3.778)	(10.494)	-
Total	(401.575)	(1.106.720)	(31.753)	(468.358)	(1.293.467)	(27.203)

Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021:

	Controladora			
	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.077.402	1.077.402	959.400	959.400
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(1.154.505)	(1.154.505)	(964.958)	(964.958)
Amortização de intangível adquirido	(3.382)	-	(3.382)	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.511	4.566	1.676	2.638
Base de cálculo	(76.974)	(72.537)	(7.264)	(2.920)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	6.928	18.134	654	730
Ajustes de créditos fiscais	-	-	(3.791)	(10.658)
Total	6.928	18.134	(3.137)	(9.928)
Diferido	6.928	18.134	(3.137)	(9.928)
	Consolidado			
	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.740.533	1.740.533	1.421.015	1.421.015
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(114.916)	(114.916)	(90.249)	(90.249)
Amortização de intangível adquirido	12.178	15.689	12.178	15.689
Efeito regime lucro presumido	(87.339)	(105.786)	(115.818)	(133.553)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	53.873	53.873	47.219	47.219
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	52.527	40.235	65.933	63.747
Base de cálculo	1.656.856	1.629.628	1.340.278	1.323.868
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(149.117)	(407.407)	(120.625)	(330.967)
Ajustes de créditos fiscais	(6.138)	(15.749)	(2.182)	(5.650)
(Provisão) reversão para riscos fiscais	(138)	-	(355)	-
Total	(155.394)	(423.157)	(123.161)	(336.617)
Corrente	(198.612)	(542.343)	(45.002)	(115.957)
Diferido	43.218	119.186	(78.159)	(220.660)

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrado em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito fiscal não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	13.281.686
Não circulante	13.281.686
Ajuste ao valor justo	311.494
Transferência - ativo contratual	451.232
Transferência - ativo intangível	(4.385)
Baixas	(15.747)
Saldo em 31/03/2022	14.024.279
Não circulante	14.024.279

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição - "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 27) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2022, o valor das baixas de R\$ 15.747 (R\$ 22.572 no primeiro trimestre de 2021) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 6.812 (R\$ 6.331 no primeiro trimestre de 2021) e à baixa do ativo de R\$ 8.935 (R\$ 16.241 no primeiro trimestre de 2021).

(12) OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	7.351	8.877	6.797	6.797
Adiantamentos - fornecedores	49.795	43.814	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	26.738	27.214	18.466	18.026
Ordens em curso	444.707	440.863	9.128	10.594
Serviços prestados a terceiros	25.847	36.129	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	3.532	3.015
Despesas antecipadas	127.502	119.436	16.304	17.045
Contas a receber - CDE	236.323	189.776	-	-
Adiantamentos a funcionários	45.601	27.536	-	-
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	420	371.511	-	-
Empréstimos	169.578	187.180	-	-
Outros	284.515	296.148	161.929	144.022
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(30.388)	(30.138)	-	-
Total	1.387.991	1.718.346	216.155	199.500

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24).

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 39.253 (R\$ 34.135 em 31 de dezembro de 2021), (ii) outros descontos tarifários concedidos a consumidores no montante de R\$ 196.801 (R\$ 155.641 em 31 de dezembro de 2021).

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	15.687.737	14.517.982	1.309.656	1.194.622
Mais valia de ativos, líquidos	397.558	416.805	8.177	8.322
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	16.091.349	14.940.841	1.317.833	1.202.944

13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	31/03/2022				31/03/2022	31/12/2021	1º trimestre 2022	1º trimestre 2021
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	
CPFL Paulista	18.323.998	1.343.323	1.883.868	334.285	1.883.868	1.551.033	334.285	246.813
CPFL Piratininga	7.348.170	258.497	562.563	175.661	562.563	387.459	175.661	161.941
CPFL Santa Cruz	1.977.976	170.413	455.329	23.147	455.329	432.359	23.147	(11.813)
RGE	15.428.160	2.831.534	4.029.777	306.232	3.547.193	3.271.259	276.732	177.645
CPFL Geração	5.474.966	2.022.783	4.424.927	217.330	4.424.927	4.207.597	217.330	228.277
CPFL Renováveis	10.571.141	4.032.292	5.883.395	154.712	2.891.688	2.815.646	76.042	102.658
CPFL Jaguarí Geração	60.011	40.108	59.945	732	59.945	59.214	732	3.254
CPFL Brasil	3.848.548	1.352.828	1.352.145	33.282	1.352.145	1.319.878	33.282	42.550
CPFL Planalto	5.144	630	4.215	1.201	4.215	3.014	1.201	1.062
CPFL Serviços	388.172	150.929	194.326	10.969	194.326	183.357	10.969	4.304
CPFL Atende	26.296	5.991	18.314	669	18.314	17.645	669	3.655
CPFL Infra	15.004	38	6.166	1.325	6.166	4.841	1.325	821
CPFL Pessoas	16.071	811	10.983	2.979	10.983	8.004	2.979	2.760
CPFL Finanças	23.880	385	16.534	3.969	16.534	12.565	3.969	3.329
CPFL Supre	11.691	826	7.722	2.290	7.722	5.432	2.290	1.022
CPFL Telecom	3.788	1.928	3.354	61	3.354	3.293	61	4
CPFL Eficiência	153.982	95.234	148.422	2.571	148.422	145.850	2.571	4.437
AUTHI	23.437	10	12.844	194	12.844	12.650	194	30
Alesta	90.314	38.126	86.882	10.256	86.882	76.627	10.256	7.756
Clion	337	206	316	56	316	260	56	-
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada					15.687.737	14.517.982	1.173.753	980.505
Amortização da mais valia de ativos					-	-	(19.247)	(15.548)
Total					15.687.737	14.517.982	1.154.505	964.958

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 19.247 (R\$ 15.548 no primeiro trimestre de 2021) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas no período, é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Investimento em 31/03/2022
CPFL Paulista	1.551.033	334.285	(1.449)	1.883.868
CPFL Piratininga	387.459	175.661	(557)	562.563
CPFL Santa Cruz	432.359	23.147	(177)	455.329
RGE	3.271.259	276.732	(798)	3.547.193
CPFL Geração	4.207.597	217.330	-	4.424.927
CPFL Renováveis	2.815.646	76.042	-	2.891.688
CPFL Jaguarí Geração	59.214	732	-	59.945
CPFL Brasil	1.319.878	33.282	(1.015)	1.352.145
CPFL Planalto	3.014	1.201	-	4.215
CPFL Serviços	183.357	10.969	-	194.326
CPFL Atende	17.645	669	-	18.314
CPFL Infra	4.841	1.325	-	6.166
CPFL Pessoas	8.004	2.979	-	10.983
CPFL Finanças	12.565	3.969	-	16.534
CPFL Supri	5.432	2.290	-	7.722
CPFL Telecom	3.293	61	-	3.354
CPFL Eficiência	145.850	2.571	-	148.422
AUTHI	12.650	194	-	12.844
Alesta	76.627	10.256	-	86.882
Clion	260	56	-	316
	14.517.982	1.173.753	(3.996)	15.687.737

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	156.158	155.703	455	(2.721)
Enercan	359.030	307.459	51.571	44.275
Chapecoense	475.541	433.866	41.675	33.791
EPASA	302.314	281.544	20.770	15.049
Investimentos CPFL Transmissão	16.613	16.050	590	-
Mais valia de ativos líquidos	8.177	8.322	(145)	(145)
	1.317.833	1.202.944	114.916	90.249

13.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 16).

13.3 Juros sobre o capital próprio (“JCP”) e Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CPFL Paulista	-	-	31.260	31.260	31.260	31.260
CPFL Piratininga	-	-	-	6.037	-	6.037
CPFL Santa Cruz	-	-	5.714	5.714	5.714	5.714
CPFL Brasil	8.523	8.523	-	-	8.523	8.523
CPFL Serviços	23.903	23.903	-	-	23.903	23.903
CPFL Atende	-	-	-	90	-	90
AUTHI	10.000	10.000	-	-	10.000	10.000
Alesta	1.553	1.553	-	-	1.553	1.553
	43.979	43.979	36.974	43.101	80.954	87.081

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 85.890 em 31 de março de 2022 e R\$ 134.813 em 31 de dezembro de 2021, refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

13.4 Combinação de negócios

Aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”)

Conforme divulgado na nota explicativa 13.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, a controlada CPFL Cone Sul adquiriu, em 14 de outubro de 2021, ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CPFL Transmissão (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), detidas anteriormente pelo estado do Rio Grande do Sul.

A aquisição do controle da CPFL Transmissão foi realizada nas condições divulgadas na referida nota explicativa, cujos valores justos foram provisoriamente apurados para aquelas demonstrações financeiras com base em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado por avaliador independente. Conforme previsto no CPC 15, a Administração tem 12 meses a partir da data de aquisição para finalizar a alocação do preço de compra. Assim, nenhum ajuste aos valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período base das informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2022.

Adicionalmente, nenhuma outra combinação de negócios ocorreu no primeiro trimestre de 2022.

Em abril de 2022 como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T (“CPFL Transmissão”) passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%), para mais detalhes vide nota 36.1.

13.5 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

13.5.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	LUDESA	Outras subsidiárias da CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CPFL Transmissão e subsidiárias	Total
Saldo em 31/12/2021	113.593	40.836	68.452	88.949	1.347.844	1.659.676
Participação acionária e no capital votante	35,00%	40,00%	Entre 5% e 10%	40,07%	33,92%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	7.346	5.215	250	567	46.140	59.518
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	19	-	-	19
Dividendos	-	(6.326)	-	-	4.230	(2.097)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado	-	-	-	-	(471)	(471)
Outras movimentações	-	-	-	(9)	3	(6)
Saldo em 31/03/2022	120.938	39.724	68.721	89.507	1.397.746	1.716.640
Participação acionária e no capital votante	35%	40%	Entre 5% e 10%	40%	33,92%	

13.5.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 são como segue:

Ativo e passivo

	31/03/2022					31/12/2021				
	CPFL Transmissão e subsidiárias		Outras subsidiárias da CPFL Renováveis			CPFL Transmissão e subsidiárias		Outras subsidiárias da CPFL Renováveis		
	CERAN	LUDESA	Paulista Lajeado			CERAN	LUDESA	Paulista Lajeado		
Ativo circulante	32.628	2.056.328	11.620	71.682	21.074	138.247	2.054.120	14.790	72.838	18.745
Caixa e equivalentes de caixa	6.127	705.926	1.502	26.330	14.230	94.537	747.165	647	4.854	11.244
Ativo não circulante	767.162	4.548.540	90.489	505.170	135.736	778.464	4.453.762	91.939	507.645	137.125
Passivo circulante	235.584	888.016	2.799	65.270	10.096	381.197	1.008.497	4.639	77.373	10.438
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	550.185	-	23.753	-	106.008	656.088	-	25.198	-
Outros passivos financeiros	25.200	114.764	417	(4.675)	2.978	28.807	69.894	927	3.391	1.935
Passivo não circulante	218.669	1.591.145	-	123.629	819	210.964	1.520.787	-	125.095	810
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	22.381	-	111.267	-	-	23.591	-	112.581	-
Outros passivos financeiros	147.423	-	-	-	-	141.118	-	-	-	-
Patrimônio líquido	345.538	4.125.707	99.310	387.953	145.896	324.550	3.978.599	102.089	378.015	144.622
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	224.600	2.727.961	59.586	319.232	56.389	210.957	2.630.755	61.253	309.564	55.673
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	120.938	1.397.746	39.724	68.721	89.507	113.593	1.347.844	40.836	68.451	88.949

DRE

	1º Trimestre 2022					1º Trimestre 2021				
	CPFL Transmissão e subsidiárias		Outras subsidiárias da CPFL Renováveis			CPFL Transmissão e subsidiárias		Outras subsidiárias da CPFL Renováveis		
	CERAN	LUDESA	Paulista Lajeado			CERAN	LUDESA	Paulista Lajeado		
Receita operacional líquida	78.860	288.067	16.141	23.676	9.029	79.217	-	12.274	13.802	12.343
Custo e despesa operacional	(25.688)	(147.417)	(1.291)	(4.062)	(7.555)	(17.600)	-	(708)	(5.413)	(6.883)
Depreciação e amortização	(10.252)	(13.609)	(1.365)	(6.411)	(1)	(10.663)	-	(1.242)	(3.296)	(1)
Receita de juros	2.052	15.255	110	1.447	307	106	-	7	193	129
Despesa de juros	(12.552)	(4.348)	-	(3.680)	-	(10.941)	-	-	(427)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(10.805)	(82.298)	(523)	(1.239)	(451)	(13.587)	-	(389)	(969)	(1.171)
Lucro (prejuízo) líquido	20.988	136.026	13.037	9.568	1.415	26.423	-	9.923	4.940	6.526
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	13.642	89.885	7.822	9.318	848	17.175	-	5.954	4.940	6.526
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	7.346	46.140	5.215	250	567	9.248	-	3.969	(2.079)	3.322

13.5.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, são como segue:

Ativo e passivo

	31/03/2022				31/12/2021			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	282.617	136.736	520.870	518.380	365.457	128.692	491.037	475.419
Caixa e equivalentes de caixa	98.160	94.585	374.452	331.506	168.970	52.609	209.790	165.040
Ativo não circulante	1.061.780	1.111.511	2.383.258	256.633	1.073.375	1.127.147	2.410.469	279.538
Passivo circulante	397.454	85.849	356.687	96.813	599.825	104.123	408.941	104.682
Empréstimos, financiamentos e debêntures	131.720	-	138.076	16.453	130.766	-	137.959	16.452
Outros passivos financeiros	27.212	63.355	115.098	3.894	34.855	78.236	111.100	26.841
Passivo não circulante	210.064	537.914	1.615.008	111.470	207.973	529.052	1.641.847	122.480
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	608.977	22.597	-	-	642.698	26.603
Outros passivos financeiros	40.927	446.123	989.863	-	40.044	435.853	964.135	-
Patrimônio líquido	736.879	624.484	932.433	566.731	631.034	622.664	850.718	527.795

DRE

	1º Trimestre 2022				1º Trimestre 2021			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	236.266	82.295	281.511	72.783	192.904	61.324	239.360	177.322
Custo e despesa operacional	(56.464)	(45.498)	(76.168)	(10.022)	(38.930)	(35.020)	(56.774)	(118.767)
Depreciação e amortização	(13.863)	(14.500)	(27.848)	(22.643)	(12.432)	(12.698)	(23.223)	(22.649)
Receita de juros	3.139	1.914	10.056	6.436	514	268	866	626
Despesa de juros	(8.444)	(21.588)	(64.000)	(860)	(4.152)	(30.033)	(60.963)	(1.951)
Despesa de imposto sobre a renda	(54.486)	(818)	(40.351)	(6.392)	(46.812)	5.335	(33.080)	(6.305)
Lucro (prejuízo) líquido	105.845	1.821	81.715	38.936	90.871	(10.881)	66.256	28.212
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

13.5.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Renováveis, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes

ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(14) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	163.416	1.211.801	878.637	6.066.224	63.894	9.161	361.484	8.754.616
Custo histórico	227.822	2.245.337	1.655.176	10.696.480	160.474	33.816	361.484	15.380.589
Depreciação acumulada	(64.406)	(1.033.536)	(776.539)	(4.630.256)	(96.580)	(24.655)	-	(6.625.973)
Adições	-	-	-	-	-	-	106.306	106.306
Baixas	-	-	(16)	(4.406)	(1.684)	-	(1.245)	(7.351)
Transferências	4.815	853	2.675	23.750	1.177	45.646	(78.916)	-
Depreciação	(1.129)	(12.784)	(12.728)	(108.678)	(5.173)	(252)	-	(140.744)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	1.462	-	-	1.462
Saldo em 31/03/2022	167.100	1.199.869	868.568	5.976.890	59.680	54.553	387.628	8.714.289
Custo histórico	232.555	2.246.190	1.657.954	10.721.643	158.842	79.465	387.628	15.484.276
Depreciação acumulada	(65.455)	(1.046.320)	(789.386)	(4.744.753)	(99.162)	(24.912)	-	(6.769.988)
Taxa média de depreciação	3,86%	2,29%	3,08%	4,23%	12,40%	3,77%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 314.773 em 31 de março de 2022 (R\$ 272.122 em 31 de dezembro de 2021), com destaque para obras de manutenção especialmente em parques eólicos.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) ATIVO CONTRATUAL

	Distribuição	Transmissão	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	1.826.598	4.859.407	6.686.005
Circulante	-	845.025	845.025
Não circulante	1.826.598	4.014.382	5.840.980
Adições	986.863	132.176	1.119.039
Transferência - intangível em serviço	(182.809)	-	(182.809)
Transferência - ativo financeiro	(451.232)	-	(451.232)
Atualização	-	25.998	25.998
Recebimento RAP	-	(9.170)	(9.170)
Saldo em 31/03/2022	2.179.420	5.008.410	7.187.830
Circulante	-	847.212	847.212
Não circulante	2.179.420	4.161.198	6.340.618

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(16) INTANGÍVEL

	Ágio	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
		Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	UBP/Intangível de concessão		
Saldo em 31/12/2021	6.115	3.731.861	5.528.035	261.136	146.462	9.673.609
Custo histórico	6.152	8.344.528	14.296.858	284.119	336.920	23.268.578
Amortização acumulada	(37)	(4.612.667)	(8.768.823)	(22.983)	(190.459)	(13.594.969)
Adições	-	-	-	-	2.420	2.420
Amortização	-	(81.470)	(232.291)	(2.790)	(5.956)	(322.507)
Transferência - ativo contratual	-	-	182.809	-	-	182.809
Transferência - ativo financeiro	-	-	4.385	-	-	4.385
Baixa e transferência - outros ativos	-	(530)	(13.088)	-	(18)	(13.636)
Saldo em 31/03/2022	6.115	3.649.861	5.469.851	258.346	142.907	9.527.081
Custo histórico	6.152	8.344.528	14.470.965	284.119	339.322	23.445.087
Amortização acumulada	(37)	(4.694.667)	(9.001.114)	(25.773)	(196.415)	(13.918.006)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

Informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgados nas notas explicativas 3.6 e 16.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/03/2022		31/12/2021		2022	2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Paulista	304.861	(249.441)	55.421	57.917	3,28%	3,28%
CPFL Piratininga	39.065	(30.542)	8.523	8.846	3,31%	3,31%
RGE	3.768	(2.765)	1.003	1.047	4,67%	4,67%
CPFL Geração	54.555	(43.330)	11.225	11.686	3,38%	3,38%
Jaguari Geração	7.896	(4.998)	2.899	2.966	3,41%	3,41%
CPFL Renováveis	3.653.906	(1.582.138)	2.071.769	2.111.685	4,37%	4,71%
CPFL Transmissão	849.070	(20.606)	828.464	838.243	4,61%	5,10%
Subtotal	4.913.121	(1.933.819)	2.979.302	3.032.390		
Intangível adquirido já incorporado						
RGE	1.433.007	(1.140.394)	292.613	305.627	3,63%	3,63%
CPFL Renováveis	426.450	(365.821)	60.629	63.121	2,34%	2,34%
Subtotal	1.859.457	(1.506.215)	353.242	368.748		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
CPFL Paulista	1.074.026	(891.535)	182.492	190.543	3,00%	3,00%
CPFL Piratininga	115.762	(90.506)	25.255	26.214	3,31%	3,31%
Jaguari Geração	15.275	(10.331)	4.944	5.059	3,01%	3,01%
RGE	366.887	(262.261)	104.626	108.907	4,67%	4,67%
Subtotal	1.571.950	(1.254.633)	317.317	330.723		
Total	8.344.528	(4.694.667)	3.649.861	3.731.861		

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	195.244	926.667
Suprimento de energia elétrica	1.627.463	2.064.676
Encargos de uso da rede elétrica	390.435	343.755
Materiais e serviços	833.973	759.070
Energia livre	169.210	175.432
Total	3.216.324	4.269.598
Não circulante		
Suprimento de energia elétrica	391.748	378.388
Materiais e serviços	21.306	29.694
Total	413.055	408.082

(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						Saldo em 31/03/2022
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	8.268	-	(1.618)	34	-	(35)	6.649
Pós Fixado							
TJLP	452.301	-	(13.887)	10.145	-	(8.491)	440.068
IPCA	4.640.334	609.191	(62.589)	168.582	-	(63.686)	5.291.832
CDI	1.075.836	-	(27.800)	28.032	-	(2.282)	1.073.786
IGP-M	29.205	-	(4.347)	1.949	-	(626)	26.181
Subtotal	6.205.945	609.191	(110.241)	208.741	-	(75.120)	6.838.515
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	578.983	-	-	9.513	-	(10.526)	577.970
Marcação a mercado	(43.009)	-	-	(4.236)	-	-	(47.245)
Subtotal	535.975	-	-	5.277	-	(10.526)	530.725
Total moeda nacional	6.741.919	609.191	(110.241)	214.017	-	(85.646)	7.369.240
Gastos com captação	(47.032)	-	-	2.228	-	-	(44.804)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao custo							
Dólar	649.363	-	(8.165)	3.746	(95.265)	(5.754)	543.925
Subtotal	649.363	-	(8.165)	3.746	(95.265)	(5.754)	543.925
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	4.869.460	673.574	(354.738)	21.723	(729.533)	(27.622)	4.452.864
Euro	2.421.705	-	(524.832)	2.885	(358.042)	(3.402)	1.538.314
Marcação a mercado	(172.545)	-	-	18.402	-	-	(154.143)
Subtotal	7.118.620	673.574	(879.570)	43.010	(1.087.575)	(31.024)	5.837.035
Total moeda estrangeira	7.767.983	673.574	(887.735)	46.756	(1.182.840)	(36.778)	6.380.960
Total	14.462.869	1.282.765	(997.976)	263.001	(1.182.840)	(122.424)	13.705.397
Circulante	2.246.711						3.074.808
Não Circulante	12.216.158						10.630.589

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/03/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 3% (a)	6.649	8.268	2012 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 3,05% (b)	439.897	451.875	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora e Recebíveis; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária; (ix) Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B.
FINEP	TJLP + 5% a 6%	171	427	2017 a 2022	Fiança Bancária
		440.068	452.301		
IPCA	IPCA + 4,27% a 4,80%	5.089.839	4.434.659	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	5.089.839	4.434.659	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
BNB	IPCA + de 1,06 a 1,48%	201.993	205.676	2022 a 2044	Fiança Bancária
		5.291.832	4.640.334		
CDI					
Empréstimos bancários	(i) 105% do CDI (c)	69.301	97.432	2012 a 2023	(i) Fiança da CPFL Energia; (ii) Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e (iii) Fiança da CPFL Renováveis
Nota Promissória	CDI+0,96%	1.004.484	978.404	2024	Fiança da CPFL Energia
IGPM	IGPM + 8,63%	1.073.786	1.075.836		
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	26.181	29.205	2013 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Subtotal		6.838.515	6.205.945		
Mensuradas ao valor justo - Moeda nacional					
Pré-fixada					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 6,16% a 7,38%	577.970	578.983	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(47.245)	(43.009)		
Subtotal		530.725	535.975		
Total moeda nacional		7.369.240	6.741.919		
Gastos com captação (*)		(44.804)	(47.032)		
Mensuradas ao custo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários Incentivados	US\$ + de 1,31% a 4,59%	543.925	649.363	2017 a 2022	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,87% a 0,99%	475.615	558.630	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 0,78% a 4,32%	3.977.249	4.310.829	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		4.452.864	4.869.460		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,43% a 0,79%	1.538.314	2.421.705	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(154.143)	(172.545)		
Total moeda estrangeira		6.380.960	7.767.983		
Total		13.705.397	14.462.869		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 34.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de março de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 201.388 (R\$ 215.554 em 31 de dezembro 2021), que reduzido das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 153.797 (R\$ 155.475 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 34), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 47.592 (R\$ 60.079 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
A partir de 01/04/2023	1.971.798
2024	2.176.918
2025	2.229.157
2026	990.212
2027	2.677.090
2028 a 2032	519.021
2033 a 2037	161.498
2038 a 2042	93.433
2043 a 2047	9.030
Subtotal	10.828.158
Marcação a mercado	(197.569)
Total	10.630.589

Adições no período:

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2022					
Moeda nacional							
IPCA - BNDES							
CPFL Paulista	312.596	62.521	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Paulista	1.002.912	200.587	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Santa Cruz	244.385	48.945	Trimestral Até 07/2023	Mensal Após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
RGE	353.019	70.607	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
RGE	1.132.601	226.532	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
Moeda estrangeira							
Lei 4131							
CPFL Piratininga	118.574	118.574	Semestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,81%	CDI + 1,22%
CPFL Renováveis	294.000	294.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,57%	CDI + 1,05%
CPFL Santa Cruz	89.000	89.000	Semestral	Parcela única em Março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,74%	CDI+1,25%
CPFL Brasil	172.000	172.000	Semestral	Parcela única em Março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,8359% até mar/23 após 2,9234%	CDI+1,10%
	3.719.086	1.282.765					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Os empréstimos e financiamentos contratados em 2022 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da controlada

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	5.145.242	1.000.000	(354.000)	157.550	(49.076)	5.899.718
IPCA	1.457.645	-	-	56.083	(35.628)	1.478.100
Total ao custo	6.602.887	1.000.000	(354.000)	213.635	(84.704)	7.377.818
Gastos com captação (*)	(50.188)	(3.082)	-	2.916	-	(50.353)
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	1.539.051	-	-	60.341	(14.607)	1.584.784
Marcação a mercado	(138.748)	-	-	(7.190)	-	(145.938)
Total ao valor justo	1.400.303	-	-	53.151	(14.607)	1.438.848
Total	7.953.002	996.918	(354.000)	269.702	(99.312)	8.766.311
Circulante	1.788.125					1.778.576
Não Circulante	6.164.877					6.987.736

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/03/2022	31/12/2021			
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado						
CDI	(i) De 107% a 109,75% do CDI (ii) CDI + 0,96% a 1,50%	(a)	5.030.650	4.297.874	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
	De 104,75% a 106% do CDI	(a)	869.067	847.368	2021 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + de 4,30% a 5,8%	(b)	1.478.100	1.457.645	2022 a 2031	Fiança da CPFL Energia
			7.377.818	6.602.887		
	Gastos com captação		(50.353)	(50.188)		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	1.584.784	1.539.051	2024 a 2031	Fiança da CPFL Energia
	Marcação a mercado		(145.938)	(138.748)		
	Total		8.766.311	7.953.002		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35. Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 145.938 (R\$ 138.748 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 105.487

(R\$ 92.879 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 34), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 40.450 (R\$ 45.869 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
A partir de 01/04/2023	2.111.481
2024	1.862.493
2025	416.221
2026	252.445
2027	753.668
2028 a 2032	1.737.365
Subtotal	7.133.673
Marcação a mercado	(145.938)
Total	6.987.736

Adições no período:

Modalidade Empresa	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
		Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão			
Moeda nacional - IPCA						
11ª Emissão - CPFL Paulista	750.000	750.000	747.747	Semestral	2 Parcelas- Dez/27 e Dez/28	CDI + 1,59%
13ª Emissão - CPFL Piratininga	250.000	250.000	249.170	Semestral	2 Parcelas- Dez/27 e Dez/28	CDI + 1,59%
		<u>1.000.000</u>	<u>996.919</u>			

Os recursos captados serão destinados para investimento, financiamento da dívida e capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

As debêntures captadas em 2022 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para demais detalhes das condições restritivas consultar nota explicativa 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL			RGE		CPFL Transmissão			Total
	Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	1.979.235	459.970	47.652	21.084	139.458	296.140	3.857	498.068	3.445.464
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	42.496	11.390	1.039	447	3.577	3.177	96	11.325	73.546
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(121.140)	(38.591)	(2.444)	(498)	(518)	(2.418)	(72)	(8.016)	(173.698)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2022	1.900.590	432.770	46.247	21.034	142.516	296.899	3.881	501.377	3.345.312
Outras contribuições									9.249
Total passivo									3.354.560
Circulante									598.527
Não Circulante									2.756.033

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	3 meses 2022 realizadas								Total
	CPFL			RGE		CPFL Transmissão			
	Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	
Custo do serviço	350	2.008	9	(20)	342	(3.767)	-	(102)	(1.180)
Juros sobre obrigações atuariais	161.348	45.879	3.909	10.700	14.114	18.583	96	30.025	284.654
Rendimento esperado dos ativos do plano	(119.202)	(36.497)	(2.879)	(10.233)	(10.879)	(11.640)	-	(18.599)	(209.928)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da despesa (receita)	42.496	11.390	1.039	447	3.577	3.177	96	11.325	73.546

	3 meses 2021 realizadas								Total
	CPFL			RGE		CPFL Transmissão			
	Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	
Custo do serviço	419	2.331	37	(292)	286	-	-	-	2.781
Juros sobre obrigações atuariais	132.545	38.306	2.894	8.437	12.521	-	-	-	194.703
Rendimento esperado dos ativos do plano	(92.952)	(28.142)	(2.285)	(8.745)	(9.198)	-	-	-	(141.322)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	216	-	-	-	-	216
Total da despesa (receita)	40.012	12.495	646	(385)	3.609	-	-	-	56.377

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(21) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos - CFURH	709	933
Reserva global de reversão - RGR	17.248	17.248
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	8.881	8.949
Conta de desenvolvimento energético - CDE	46.909	46.909
Bandeiras tarifárias e outros	10	477.927
Total	73.757	551.966

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e homologada durante o primeiro trimestre de 2022.

(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	293.435	210.896
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	87.457	77.517
Imposto de renda e contribuição social a recolher	380.892	288.412
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	600.005	669.830
Programa de integração social - PIS	31.623	23.340
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	150.989	111.933
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	7.606
Outros	71.760	74.156
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	854.377	886.864
Total Circulante	1.235.269	1.175.276
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	216.767	214.430
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	18.532	18.173
Imposto de renda e contribuição social a recolher	235.299	232.603
ICMS a pagar	883	874
IRPJ/CSLL parcelamento	5.119	5.218
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	6.002	6.092
Total Não circulante	241.301	238.695

Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ: no não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O maior montante do caso refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discute a possibilidade da dedução da despesa da CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

O Grupo possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	435.667	158.737	435.822	150.788
Cíveis	426.093	44.740	416.029	45.319
Fiscais				
Imposto de renda e contribuição social	-	445.103	-	438.106
Outras	84.638	228.962	92.046	224.636
	84.638	674.066	92.046	662.742
Outros	91.906	354	91.467	131
Total	1.038.304	877.897	1.035.364	858.981

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/03/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	435.822	16.322	(13.181)	(14.422)	11.126	435.667
Cíveis	416.029	20.852	(4.468)	(26.612)	20.292	426.093
Fiscais	92.046	398	(326)	(2.921)	(4.560)	84.638
Outros	91.467	-	-	-	439	91.906
Total	1.035.364	37.574	(17.972)	(43.954)	27.297	1.038.304

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/03/2022	31/12/2021	
Trabalhistas	671.075	574.607	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	2.461.215	2.186.898	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	4.975.284	4.939.624	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	2.617.687	2.512.047	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatórios	139.823	135.765	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	10.865.084	10.348.941	

Fiscais:

Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP (“Vivest”) no montante estimado de R\$ 1.530.515, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 24.187 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.744.407, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 267.199 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de agosto de 2021, foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão foi objeto de recurso para o colegiado da Segunda Turma, quando todos os demais Ministros terão a oportunidade de avaliar o recurso, Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF, e na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro de 2021 a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, o Grupo permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	282.704	219.444	79.554	75.415
Programa de eficiência energética - PEE	400.884	394.443	-	17.149
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	214.603	221.806	41.047	27.660
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	113.969	106.301	-	-
Fundo de reversão	1.712	1.666	8.719	9.192
Adiantamentos	626.407	529.182	54.945	56.970
Descontos tarifários - CDE	-	22.772	-	-
Folha de pagamento	41.823	59.639	-	-
Participação nos lucros	122.705	104.826	33.909	33.909
Convênios de arrecadação	128.514	113.991	-	-
Aquisição de negócios	11.317	11.317	-	-
Outros	139.551	144.916	268.771	254.296
Total	2.084.189	1.930.303	486.945	474.591

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	730.435.698	63,39%	730.435.698	63,39%
ESC Energia S.A.	234.086.204	20,32%	234.086.204	20,32%
Membros do Conselho de Administração	163.600	0,01%	163.600	0,01%
Membros da Diretoria Executiva	2.300	0,00%	2.300	0,00%
Demais acionistas	187.566.638	16,28%	187.566.638	16,28%
Total	1.152.254.440	100,00%	1.152.254.440	100,00%

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 25 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

(26) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.102.464	946.336
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.152.254.440
Lucro por ação	0,96	0,82

(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2022	31/03/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	9.197.184	8.985.066	5.603	5.697	5.333.375	4.566.001
Industrial	52.395	53.339	2.009	2.604	1.081.690	1.109.645
Comercial	534.613	519.238	2.491	2.658	1.982.909	1.699.784
Rural	334.877	361.447	935	927	596.552	472.506
Poderes públicos	64.101	63.361	334	320	294.345	222.033
Iluminação pública	10.222	10.154	488	497	294.500	213.783
Serviço público	11.079	10.863	443	536	351.889	315.234
Fornecimento faturado	10.204.471	10.003.468	12.302	13.238	9.935.260	8.598.986
Consumo próprio	-	-	9	9	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	337.928	18.124
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(3.814.524)	(3.826.251)
Fornecimento de energia elétrica	10.204.471	10.003.468	12.312	13.248	6.458.664	4.790.859
Furnas Centrais Elétricas S.A.			709	709	203.576	155.287
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			2.486	1.255	734.396	705.288
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(43.194)	(36.741)
Energia elétrica de curto prazo			1.576	2.820	107.055	203.664
Suprimento de energia elétrica			4.770	4.784	1.001.833	1.027.498
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					3.857.718	3.862.991
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.231.861	1.148.167
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(45.753)	(38.008)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.042.220	622.535
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(1.348.494)	252.439
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					304.682	258.834
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					470.845	382.535
Outras receitas e rendas					451.274	176.535
Outras receitas operacionais					5.964.353	6.666.028
Total da receita operacional bruta					13.424.850	12.484.386
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.152.371)	(1.971.659)
PIS					(153.677)	(192.857)
COFINS					(709.841)	(886.808)
ISS					(7.535)	(6.198)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.459.223)	(1.011.771)
Programa de P & D e eficiência energética					(69.940)	(63.877)
PROINFRA					(64.026)	(43.961)
Bandeiras tarifárias e outros					494.360	(6.981)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH					(1.204)	(2.165)
Outros					(13.983)	(9.983)
					(4.137.395)	(4.196.261)
Receita operacional líquida					9.287.455	8.288.125

27.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 27.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

27.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2022		2021	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	(b) 12,77%	14,97%	17,62%	8,95%
CPFL Piratininga	Outubro	(c)	(c)	14,78%	12,40%
RGE	Junho	(c)	(c)	15,23%	9,95%
CPFL Santa Cruz	Março	7,82%	8,83%	17,19%	9,95%

- Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior;
- Conforme descrito na nota 36.2, em abril de 2022 houve o RTA para a controlada CPFL Paulista;
- Os respectivos reajustes para 2022 ainda não ocorreram.

Em 22 de março de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.017 que fixou o reajuste médio das tarifas da controlada CPFL Santa Cruz, em 7,82%, sendo 8,14% referentes ao reajuste tarifário econômico e -0,31% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,83 %.

27.3 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

No primeiro trimestre de 2022, foi registrada receita de R\$ 470.845 (R\$ 382.535 no primeiro trimestre de 2021), sendo (i) R\$ 57.768 referentes à subvenção baixa renda (R\$ 41.403 no primeiro trimestre de 2021), (ii) R\$ 327.228 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 318.642 no primeiro trimestre de 2021) e (iii) R\$ 85.849 referentes a descontos tarifários – liminares e subvenção CCRBT (R\$ 22.490 no primeiro trimestre de

2021). Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 12) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 24).

27.4 Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021 estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro a abril de 2022 a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição. A quota anual provisória é apresentada na Nota Técnica nº 294/2021-SGT-SRG-SFF-SRD/ANEEL da Consulta Pública – CP 081 de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939, de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	2.496	2.587	650.935	972.067
PROINFA	218	222	169.740	96.594
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	15.390	14.964	2.864.942	3.076.867
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(319.868)	(362.556)
Subtotal	18.104	17.774	3.365.749	3.782.971
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			686.714	780.442
Encargos de transporte de Itaipu			62.622	82.652
Encargos de conexão			23.406	47.832
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.631	15.359
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			499.243	353.366
Encargos de energia de reserva - EER			162.939	35.148
Crédito de PIS e COFINS			(141.374)	(120.483)
Subtotal			1.311.182	1.194.315
Total			4.676.931	4.977.287

(*) Conta de energia de reserva

(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Pessoal	370.310	245.136	-	-	43.098	39.022	90.104	78.804	-	-	503.512	362.962
Entidade de previdência privada	73.546	56.337	-	-	-	-	-	-	-	-	73.546	56.337
Material	100.852	71.361	398	325	2.935	1.953	2.786	(442)	-	-	106.971	73.197
Serviços de terceiros	26.138	36.961	727	745	46.074	41.255	72.222	67.919	-	-	145.161	146.880
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.040.172	618.998	-	-	-	-	-	-	1.040.172	618.998
Outros	36.266	27.087	11	19	21.816	23.544	42.857	32.900	21.622	39.111	122.573	122.661
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	21.532	23.322	-	-	-	-	21.532	23.322
Arrendamentos e aluguéis	22.007	16.407	-	-	-	-	1.187	3.421	-	-	23.194	19.828
Publicidade e propaganda	2	-	-	-	-	-	3.486	2.950	-	-	3.488	2.950
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	39.929	23.487	-	-	39.929	23.487
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.118	896	-	-	1.118	896
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	20.864	36.818	20.864	36.818
Outros	14.258	10.680	11	19	284	222	(2.863)	2.146	758	2.293	12.448	15.360
Total	607.113	436.883	1.041.308	620.087	113.923	105.774	207.969	179.183	21.622	39.112	1.991.935	1.381.035

(30) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2022	2021
	1º Trimestre	1º Trimestre
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	78.468	21.681
Acréscimos e multas moratórias	92.846	82.326
Atualização de créditos fiscais	108.475	5.795
Atualização de depósitos judiciais	18.743	3.024
Atualizações monetárias e cambiais	132.710	62.741
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	8.151	2.905
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	127.970	3.247
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(19.677)	(10.924)
Outros	16.005	54.339
Total	563.690	225.134
Despesas		
Encargos de dívidas	(338.291)	(146.787)
Atualizações monetárias e cambiais	(417.845)	(145.196)
(-) Juros capitalizados	10.849	7.641
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(10.330)	(2.750)
Uso do Bem Público - UBP	(10.359)	(9.837)
Exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(110.365)	(1.804)
Mútuo com controladora (nota 32)	(67.899)	(18.048)
Outros	(51.189)	(29.398)
Total	(995.429)	(346.178)
Resultado financeiro	(431.738)	(121.044)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 1.203.936 no primeiro trimestre de 2022 (R\$ 504.748 no primeiro trimestre de 2021) (nota 34).

(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
1º Trimestre 2022									
Receita operacional líquida	7.844.160	574.878	293.939	532.128	39.218	9.284.324	3.132	-	9.287.455
(-) Vendas entre segmentos	2.575	240.272	101.137	1.251	192.126	537.360	-	(537.360)	-
Custo com energia elétrica	(4.308.579)	(140.108)	(409)	(574.514)	-	(5.023.609)	-	346.678	(4.676.931)
Custos e despesas operacionais	(1.700.140)	(116.790)	(256.898)	(11.878)	(175.492)	(2.261.198)	(11.799)	190.682	(2.082.314)
Depreciação e amortização	(248.241)	(183.048)	(13.610)	(1.025)	(9.158)	(455.083)	(15.772)	-	(470.856)
Resultado do serviço	1.589.775	375.204	124.158	(54.037)	46.694	2.081.794	(24.439)	-	2.057.355
Resultado de participações societárias	-	114.326	590	-	-	114.916	-	-	114.916
Receita financeira	399.441	29.410	127.099	4.449	2.595	562.994	5.955	(5.258)	563.690
Despesa financeira	(687.038)	(166.831)	(17.805)	(53.340)	(2.369)	(927.382)	(73.305)	5.258	(995.429)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.302.178	352.109	234.043	(102.928)	46.920	1.832.322	(91.789)	-	1.740.533
Imposto de renda e contribuição social	(462.854)	(58.026)	(86.688)	16.583	(12.296)	(603.281)	24.730	-	(578.551)
Lucro (prejuízo) líquido	839.325	294.083	147.355	(86.345)	34.623	1.229.040	(67.059)	-	1.161.982
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	975.108	61.890	170.085	903	3.525	1.211.511	392	-	1.211.903
1º Trimestre 2021									
Receita operacional líquida	7.091.088	537.277	42.525	586.068	31.155	8.288.114	11	-	8.288.125
(-) Vendas entre segmentos	2.146	216.277	5.474	6.179	167.524	397.600	-	(397.600)	-
Custo com energia elétrica	(4.542.175)	(102.314)	-	(564.976)	-	(5.209.466)	-	232.179	(4.977.287)
Custos e despesas operacionais	(1.289.528)	(104.398)	(35.599)	(10.110)	(153.519)	(1.593.154)	(7.485)	165.421	(1.435.220)
Depreciação e amortização	(222.182)	(177.294)	(1)	(942)	(7.608)	(408.027)	(15.784)	-	(423.810)
Resultado do serviço	1.039.348	369.548	12.399	16.219	37.552	1.475.066	(23.257)	-	1.451.809
Resultado de participações societárias	-	90.249	-	-	-	90.249	-	-	90.249
Receita financeira	172.139	30.325	372	22.443	846	226.125	4.118	(5.108)	225.134
Despesa financeira	(260.490)	(81.825)	(102)	(6.159)	(618)	(349.194)	(2.092)	5.108	(346.178)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	950.997	408.297	12.670	32.504	37.779	1.442.247	(21.232)	-	1.421.015
Imposto de renda e contribuição social	(354.309)	(69.887)	(1.990)	(10.862)	(9.665)	(446.712)	(13.066)	-	(459.778)
Lucro (prejuízo) líquido	596.688	338.410	10.680	21.641	28.114	995.534	(34.298)	-	961.237
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	596.818	43.847	38.242	2.711	13.713	695.332	295	-	695.627

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 32 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no trimestre findo em 31 de março de 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 16.184 (R\$ 11.389 no primeiro trimestre de 2021). Este valor é composto por R\$ 15.847 referente a benefícios de curto prazo (R\$ 10.963 no primeiro trimestre de 2021), e R\$ 337 de benefícios pós-emprego (R\$ 425 no primeiro trimestre de 2021).

O saldo de mútuo ativo na controladora em 31 de março de 2021 no montante de R\$ 168.943 refere-se substancialmente ao mútuo efetuado com as controlas RGE e CPFL Serviços, com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI (R\$ 168.943 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.574.166 (R\$ 2.518.150 em 31 de dezembro de 2021), refere-se substancialmente ao mútuo entre a controlada CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power-SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	9	7	83.790	93.311
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	1.081	-	13.446	17.635	3.141	3	23.116	15.460
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	38.838	61.972	-	4	173.552	138.064
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	2.857	1.560	85.527	88.426	8.299	3.691	130.465	106.260
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	6.992	26.393	1	1	15.586	37.160
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	12.516	7.724	-	-	9.471	2.735
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	166	163	-	-	569	522	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	2	-	-	-	555	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	3	-	-	553	507	-	1
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	50	47	-	-
Contrato de Mútuo								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	2.574.166	2.518.150	-	-	67.899	18.048
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	2.474	2.474	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	82.426	131.149	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	1.113	868

(33) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 34 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Consolidado	
				31/03/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	3.496.671	3.496.671
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	580.655	580.655
Derivativos	34	(a)	Nível 2	380.022	380.022
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	14.024.279	14.024.279
Total				18.481.627	18.481.627
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	(b)	Nível 2 (***)	7.337.636	7.406.642
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	18	(a)	Nível 2	6.367.760	6.367.760
Debêntures - principal e encargos	19	(b)	Nível 2 (***)	7.327.465	7.282.901
Debêntures - principal e encargos (**)	19	(a)	Nível 2	1.438.847	1.438.847
Derivativos	34	(a)	Nível 2	425.197	425.197
Derivativos - outros	34	(a)	Nível 3	68.940	68.940
Total				22.965.845	22.990.287

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 11.213 no 1º trimestre de 2022 (um ganho de R\$ 176.263 no 1º trimestre de 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) contas a receber – CDE, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, (vi) convênios de arrecadação, (vii) ativo financeiro setorial e (viii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCT/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários – CDE, (x) passivo financeiro setorial e (xi) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores

de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A Companhia registra no consolidado, em "Investimentos em instrumentos patrimoniais" a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor justo, o qual o custo representa a sua melhor estimativa, uma vez que não há informações recentes disponíveis para apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48/IFRS 9.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2022 e exercício de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 18 e 19). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2022 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	237.921	(292.356)	(54.436)	39.275	(93.711)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,99%) ou (0,78% a 3,66%)	106,4% do CDI ou CDI + 0,55% a 1,29%	fev/22 a set/26	4.343.297
Empréstimos bancários - Lei 4.131	41.367	(52.834)	(11.467)	5.751	(17.218)	Euro + 0,43% a 0,70%	CDI + 0,58 a 1,10%	fev/23 a mar/25	1.520.640
	279.288	(345.191)	(65.903)	45.026	(110.929)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	100.734	(35.054)	65.680	171.168	(105.487)	IPCA + 4,3% a 5,8%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	1.370.600
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(44.953)	(44.953)	(2.085)	(42.868)	6,16% a 7,38%	CDI + 0,69% a 0,88%	mar/2024 a jun/24	572.000
	100.734	(80.007)	20.728	169.083	(148.355)				
Subtotal proteção de dívidas	380.022	(425.197)	(45.175)	214.109	(259.284)				
Outros derivativos⁽²⁾									
NDF	-	(68.889)	(68.889)	(68.366)	(522)	Indexador / moeda	Faixa de vencimento	Nocional em US\$	
NDF	-	(51)	(51)	(44)	(7)	US\$	jan/22 a jun/22	75.276	
Subtotal outros	-	(68.940)	(68.940)	(68.410)	(530)	EUR	mar/22	479	
Total	380.022	(494.137)	(114.115)	145.699	(259.814)				
Circulante	96.836	(121.774)							
Não circulante	283.186	(372.363)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 18 e 19.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

⁽²⁾ Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	1.509.491	(1.198.198)	(97.184)	214.109
Outros	(1.319)	(67.252)	161	(68.410)
Marcação a mercado (*)	(251.594)	(8.220)	-	(259.814)
Total	1.256.578	(1.273.670)	(97.023)	(114.115)
Ativo - circulante	357.350			96.836
Ativo - não circulante	990.491			283.186
Passivo - circulante	(5.067)			(121.774)
Passivo - não circulante	(86.196)			(372.363)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente no 1º trimestre de 2022 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 9.210 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) ganho de R\$ 990 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 18 e 19).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2022	2021	2022	2021
	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre
Varição de taxas de juros	19.767	15.928	-	-
Marcação a mercado	(16.818)	(33.792)	-	197
Varição cambial	(1.285.224)	737.797	-	-
Marcação a mercado	6.465	(215.185)	2.192	3.464
Total	(1.275.810)	504.748	2.139	3.661

c) Ativos financeiros da concessão

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de 2022 foi de R\$ 304.682 (R\$ 258.834 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota 11 e 27.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma o Grupo está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Receita (despesa)	
				Apreciação/ Depreciação cambial de 25%(c)	Apreciação/ Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(4.869.124)		(498.546)	(1.840.464)	(3.182.381)
Derivativos - swap plain vanilla/NDF	4.800.298		491.499	1.814.448	3.137.397
	(68.826)	alta dólar	(7.047)	(26.016)	(44.984)
Instrumentos financeiros passivos	(1.511.836)		(187.825)	237.090	662.005
Derivativos - swap plain vanilla	1.538.498		191.138	(241.271)	(673.680)
	26.662	baixa euro	3.313	(4.181)	(11.675)
Total	(42.164)		(3.734)	(30.197)	(56.659)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			469	1.730	2.991
Efeitos no resultado do período			(4.202)	(31.927)	(59.650)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31.03.2022 foi de R\$ 4,74 para o dólar e R\$ 5,26 para o euro.
 (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,22 e R\$ 5,91 e a depreciação cambial de 25% e 50%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2022.
 (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um passivo, o risco é alta do dólar, portanto o câmbio é depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Para o euro, por ser um ativo, o risco é baixa do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Consolidado		
					Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	3.356.019				442.659	553.324	663.988
Instrumentos financeiros passivos	(6.973.503)				(919.805)	(1.149.756)	(1.379.708)
Derivativos - swap plain vanilla	(8.119.006)				(1.070.897)	(1.338.621)	(1.606.345)
	(11.736.490)	alta CDI	6,41%	13,19%	(1.548.043)	(1.935.053)	(2.322.065)
Instrumentos financeiros passivos	(189.817)				(14.673)	(18.341)	(22.009)
	(189.817)	alta IGP-M	14,77%	7,73%	(14.673)	(18.341)	(22.009)
Instrumentos financeiros passivos	(440.068)				(30.013)	(37.516)	(45.019)
	(440.068)	alta TJLP	5,22%	6,82%	(30.013)	(37.516)	(45.019)
Instrumentos financeiros passivos	(8.208.779)				(634.539)	(475.904)	(317.269)
Derivativos - swap plain vanilla	1.547.264				119.604	89.703	59.802
Instrumentos financeiros ativos	14.134.851				1.092.624	819.468	546.312
	7.473.336	baixa IPCA	11,30%	7,73%	577.689	433.267	288.845
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.843.558				243.165	182.374	121.583
	1.843.558	baixa SELIC	6,41%	13,19%	243.165	182.374	121.583
Total	(3.049.482)				(771.875)	(1.375.269)	(1.978.665)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					749	244	(260)
Efeitos no resultado do período					(772.624)	(1.375.513)	(1.978.405)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
 (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção do Grupo sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e exercício de 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2022 e exercício de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(35) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Juros capitalizados	10.849	7.641

(36) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1 Leilão da oferta pública (“OPA”)

Em 06 de abril de 2022, a Companhia divulgou fato relevante referente ao leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão (“OPA”),

Como resultado do Leilão, a controlada CPFL Cone Sul adquiriu 3.095.570 (três milhões, noventa e cinco mil, quinhentas e setenta) ações ordinárias e 109.251 (cento e nove mil, duzentas e cinquenta e uma) ações preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 349,29 (trezentos e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 1.119.411.927,09 (um bilhão, cento e dezenove milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e vinte e sete reais e nove centavos). Após a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, ocorrido em 8 de abril de 2022, restarão 0,32% (trinta e dois centésimos por cento) de ações ordinárias e 27,20% (vinte e sete inteiros e vinte centésimos por cento) de ações preferenciais da emissão da CPFL Transmissão em livre circulação.

A CPFL Cone Sul, após a liquidação, passou a deter aproximadamente 99,26% (noventa e nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do seu capital social total, sendo 9.476.391 (nove milhões, quatrocentas e setenta e seis mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, representativas de 99,68% (noventa e nove inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do total dessa espécie, e 110.338 (cento e dez mil, trezentas e trinta e oito) ações preferenciais, representativas de 72,80% (setenta e dois inteiros e oitenta centésimos por cento) do total dessa espécie.

36.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) da controlada CPFL Paulista

Em 05 de abril de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.018, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da da controlada CPFL Paulista, em, 12,77%, sendo 11,54% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23 % relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 14,97 %.

36.3 Conta de Escassez Hídrica

Em razão dos descasamentos financeiros que as distribuidoras vinham suportando em função dos custos decorrentes das medidas de enfrentamento da crise hídrica, mas também dos efeitos associados à questões macroeconômicas como a inflação, o câmbio e a alta do preço internacional dos combustíveis, o Poder Executivo Federal instaurou a Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021, dando condições para a contratação de uma operação de crédito em favor das distribuidoras, que possibilitou a estruturação de operações financeiras utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE como veículo para a sua amortização. Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021, no que diz respeito às medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.

Atendendo ao decreto presidencial, e com base na proposta desenvolvida pelas áreas técnicas da Agência, a ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 02/2022 com o objetivo de prover recursos às distribuidoras para cobrir os custos adicionais decorrentes da escassez hídrica, instituindo valores teto ao empréstimo para os seguintes itens: i) Estimativa do saldo da conta de bandeiras para abril de 2022; ii) Despesas do programa de incentivo à redução de consumo (Bônus); iii) Custo de Importação de julho e agosto de 2021 homologada pela CREG; iv) Diferimentos tarifários de 2021 e 2022 e; v) receita de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021.

Após a consolidação dos limites de empréstimo por distribuidora, divulgados pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 1.008/2022, as controladas de distribuição solicitaram o empréstimo integral dos itens que compõe a primeira tranche da operação, valores dispostos abaixo, por se tratar de valores conhecidos e que não geram riscos de custos acessórios’

	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga	CPFL Santa Cruz	TOTAL
Bônus do programa RIC	101.923	77.840	40.259	10.542	230.564
Custo Importação de Energia	49.528	29.951	18.167	5.658	103.304
Diferimento Tarifa 2021	234.987	180.114	-	49.731	464.832
TOTAL	386.437	287.905	58.426	65.931	798.700

As controladas também manifestaram interesse em receber cobertura para os demais itens do empréstimo, sobre o saldo da conta bandeiras de abril de 2022, a ser repassado em junho de 2022, mas ainda coberto na 1ª Tranche, e repasses mensais de maio de 2022 à dezembro de 2022 relativo ao Procedimento Competitivo Simplificado, que elevou os custos das distribuidoras pela contratação de reserva de capacidade, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País, a ser considerados em uma eventual 2ª Tranche.

36.4 Empréstimos e financiamentos

Em abril de 2022 a controlada indireta CPFL Cone Sul captou R\$ 1.180.000 com amortização em parcela única em abril de 2023, sendo a atualização de CDI + 1,05 até outubro de 2022 e CDI+1,35% após novembro de 2022, com pagamento semestral dos juros. A garantia é fiança da CPFL Energia e o recurso foi utilizado para pagamento da OPA (nota 36.1) da CPFL Transmissão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bo Wen

Presidente

Yuehui Pan

Zhao Yumeng

Gustavo Estrella

Antonio Kandir

Marcelo Amaral Moraes

Li Hong

Conselheiros

DIRETORIA

GUSTAVO ESTRELLA

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Vice-Presidente
de Gestão Empresarial

FUTAO HUANG

Vice-Presidente Executivo Sênior
Diretor Vice-Presidente de Estratégia,
Inovação e Excelência de Negócios

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

KARIN REGINA LUCHESI

Diretora Vice-Presidente de Operações de
Mercado

GUSTAVO PINTO GACHINEIRO

Diretor Vice-Presidente Jurídico e
de Relações Institucionais

VITOR FAGALI

Diretor Vice-Presidente de
Desenvolvimento de Negócios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade

CT CRC 1SP192767/O-6



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

CPFL Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2021, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2021 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de maio de 2021 e 17 de março de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 9 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia

Contador CRC 1BA029904/O-5



DECLARAÇÃO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PwC Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da CPFL Energia S.A. de 31 de março de 2022;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CPFL Energia S.A. de 31 de março de 2022.</p> <p>Campinas, 09 de maio de 2022.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of CPFL Energia S.A., a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, Campinas, Estado de São Paulo - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 02.429.144/0001-93, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of PwC Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Energia S.A., of March 31, 2022;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energia S.A., of March 31, 2022.</p> <p>Campinas, May 9, 2022.</p>

Sergio Luis Felice
 Diretor de Contabilidade
 Chief Accounting Officer
 CT CRC: 1SP192.767/O-6
 CPF: 119.410.838-54

Yuehui Pan
 Diretor Vice-Presidente Financeiro e de
 Relações com Investidores
 Chief Financial and Investor Relations
 Officer
 CPF: 061.539.517-16

Gustavo Estrella
 Diretor Presidente
 Chief Executive Officer